

**PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS COMO DIRETRIZES CURRICULARES
EDUCACIONAIS PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO NO ENSINO
FUNDAMENTAL II DO CRATO (CE)**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-391>

Data de submissão: 27/04/2025

Data de publicação: 27/05/2025

Cícero Erivaldo de Lima

Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial

Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Endereço: Crato, Ceará, Brasil

E-mail: ciceroerivaldo1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8566-6873>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0854221949131928>

Luciano Sergio Ventin Bomfim

Pós-Doutorado em Ecologia Humana pela Universidade Nova de Lisboa - Portugal.

Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Endereço: Salvador, Bahia, Brasil

E-mail: lsvbomfim@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7161-3002>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9759687486971073>

Anna Christina Freire Barbosa

Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Endereço: Salvador, Bahia, Brasil

E-mail: acbarbosa@uneb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5307-0828>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2380258918998637>

RESUMO

O presente artigo trata das práticas agroecológicas trabalhadas pelas unidades escolares do Ensino Fundamental II no Crato (CE). O estudo foi concebido pela realidade ambiental vivida, tendo em vista a busca de soluções para evitar ações predatórias da natureza na produção de alimentos e consequentes desequilíbrios climáticos, tendo em vista o pouco estímulo das famílias camponesas para permanência no campo e a limitada oferta de alimentos saudáveis. Objetivou-se analisar as atividades desenvolvidas nas escolas municipais que envolvam a temática, articular e produzir com a comunidade escolar diretrizes curriculares educacionais para a convivência com o Semiárido brasileiro, por meio de sugestões de ações a partir dos resultados já existentes. A metodologia utilizada foi a da pesquisa ação, como instrumento balizador da pesquisa social. Conforme Minayo (2021, p.18), “toda investigação se inicia por um problema com uma questão”. Nesse sentido, a coleta de dados se deu por amostragem, com respostas a formulários eletrônicos e escritos de gestores, professores e alunos, aplicados em quatro no universo de nove escolas rurais do Fundamental II no município, em distintas e estratégicas localizações geográficas. Foram realizadas visitas e reuniões com gestores, secretarias, organizações e instituições representativas. Os dados foram apreciados, tendo-se observado a existência de relevantes ações realizadas em parcerias com a comunidade. O envolvimento se concretiza por meio de formações com foco na produção de alimentos saudáveis, geração de renda e valorização das manifestações

culturais. Houve significativa sensibilização dos gestores para uma futura reformulação curricular com vistas a incluir a temática em todas as unidades, após trâmites legais do Conselho Municipal de Educação.

Palavras-chave: Currículo. Convivência. Família Camponesa. Educação.

1 INTRODUÇÃO

As práticas agroecológicas são, atualmente, difundidas por todo o mundo e, no Brasil, em específico no Semiárido, no Ceará e no Crato, estão em destaque em várias comunidades rurais. Elas são acompanhadas por instituições sociais como a Associação Cristã de Base – ACB, por instituições representativas como o Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Trazer as experiências desenvolvidas pelas instituições sociais e pelas organizações das famílias trabalhadoras camponesas para a escola, por meio de uma curricularização, é um desafio e um grande avanço para a contextualização da educação, tendo em vista o avanço das ações de outros setores agrícolas empresariais, os quais, nas últimas décadas, afastaram famílias dos seus convívios no campo. Estas famílias, sem opções, fizeram morada nas periferias e comunidades em degradantes espaços urbanos, ficando vulneráveis à criminalidade e à violência.

Assim, com este trabalho, buscou-se articular as instituições e organizações sociais, gestores, professores e alunos, para reivindicar e sensibilizar os órgãos responsáveis quanto à reformulação curricular, incluindo a Educação em Agroecologia no plano pedagógico da rede municipal de ensino.

Como encaminhamento, se fez necessário produzir, de forma participativa com a comunidade escolar, diretrizes curriculares para a convivência com o Semiárido brasileiro, por meio da sugestão de ações a partir das práticas educativas já existentes no município do Crato.

Para essas discussões e embasamentos teóricos, tomamos como referencias as obras de Altieri (2009, p.21), Caporal (2011, p.43), Freire (2021, p.21), Gendron (2018, p.16), entre outras e outros que pensaram e desenvolveram o conhecimento agroecológico e a educação como ferramenta de libertação e solução para as mazelas da sociedade e, em especial, das famílias trabalhadoras camponesas e suas escolas.

As atividades desenvolvidas demonstram-se importantes, porém, requerem uma melhor sensibilização dos gestores para uma futura reformulação curricular, visando a incluir a temática em todas as unidades escolares, considerando os trâmites legais. Por fim, como objetivo desse estudo, buscou-se analisar as práticas agroecológicas trabalhadas pelas unidades escolares do Ensino Fundamental II no município do Crato, no Ceará.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi direcionado pelo pressuposto metodológico da pesquisa-ação, relacionada ao materialismo histórico dialético, e foi delineado e constituído por amostragem não probabilística por conveniência, com aplicação de formulários, digitais e impressos, de forma a desenvolver um

diagnóstico das questões levantadas com diretores, coordenadores, professores e alunos de quatro escolas de Ensino Fundamental II da rede municipal em quatro distritos do Crato, Ceará.

A pesquisa se consolidou por meio da participação nos planejamentos das atividades escolares, em eventos das comunidades e em conversas informais, bem como em diálogos com as representações de instituições representativas das famílias camponesas envolvidas com as práticas agroecológicas nas escolas. Realizaram-se também reuniões com os gestores da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria de Desenvolvimento Rural.

Conforme defende Minayo (2021, p.18), “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articulada a conhecimentos anteriores”. Nesse sentido, a construção das diretrizes curriculares, tendo em vista as práticas agroecológicas colocadas neste trabalho, despertou como importante meio de fortalecimento educacional dos filhos das famílias camponesas e um significativo avanço das demandas das instituições representativas e governamentais de produzir ecologicamente, fortalecendo os vínculos rurais e mantendo as famílias no mesmo espaço de morada.

A abordagem da coleta de dados foi formalizada por meio de um rígido protocolo ético, através da aplicação do termo de consentimento livre e esclarecido, obedecendo ao requisito da fidelidade e da não identificação dos colaboradores, estando assim de acordo com as normas definidas pelo conselho de ética de pesquisa – CEP para seres vivos da Plataforma Brasil.

Na execução das etapas da pesquisa foram encontrados obstáculos no espaço escolar, como as multiplicidades de tarefas profissionais dos gestores e educadores, que precisaram dedicar tempo às ações solicitadas, assim como os inúmeros pleitos das secretarias e entidades representativas que tardaram as devolutivas da pesquisa. Ressalta-se, porém, que esses desafios não comprometeram os resultados esperados.

A proposta metodológica foi exitosa, tendo em vista a relevante argumentação que as práticas agroecológicas como diretrizes curriculares educacionais para convivência com o Semiárido brasileiro no Ensino Fundamental II do Crato, trazem para o desenvolvimento do campo e o fortalecimento das famílias envolvidas com o meio ambiente e a economia local.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo teve como indicativo teórico autores que colaboraram, em suas escritas, com as ideias do materialismo histórico e dialético. Por meio de suas análises, Altieri (2009, p.21) afirma que “a agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e o tratamento de

ecossistemas”. Rosset e Altieri (2022, p.43) afirmam que “a agroecologia integra processos naturais e sociais, unindo ecologia política, economia ecológica e etnoecologia, abrangendo as disciplinas híbridas”. Diante dessa ideia, Caporal (2011, p.51) diz que “a agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências. ” Dessa forma, a agroecologia se caracteriza pela interdisciplinaridade.

Bomfim (2021, p.377) corrobora esse ponto de vista, ao pontuar que” a interdisciplinaridade emerge como contraponto à disciplinarização do real, a qual isolou as disciplinas, fazendo-as atuar umas contra as outras”. Nessa perspectiva, a contextualização das práticas agroecológicas na proposta curricular deve ser entendida como ferramenta motivadora do trabalho conjunto entre as disciplinas do Ensino Fundamental II.

Assim, considerando a inserção da agroecologia na educação como pilar desafiador para contextualizar e avançar na visão crítica e social dos conteúdos, vale lembrar a ideia defendida por Freire (2001, p.21) “que não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. ” Assim, devemos entender o que deve ser consolidado, tendo em vista as grandes questões agrícolas e agrárias do nosso país, relacionadas à produção e à educação que impulsiona as nossas crianças e jovens a valorizarem apenas o espaço urbano, mesmo vivendo e estudando no espaço rural.

Trazer para o debate a contextualização se faz neste cenário, concordar com Reis (2004, p.62) ao afirmar que: “exige-se a capacidade de conciliar os conhecimentos sociais e científicos acumulados pela humanidade com os conhecimentos úteis para a vida”. Portanto na educação das famílias camponesas no município do Crato, que é formado por uma vasta área rural, é indispensável, tendo em vista a educação em agroecologia e seus “princípios: vida, diversidade, complexidade e transformação” Conforme indicam Gervais e Silva (2022, p. 40), esses pilares “devem estar no centro dos processos de construção do conhecimento agroecológico”, sendo pertinentes aos diversos aspectos da valorização humana e da natureza.

Cabe à sociedade civil organizada, aos pais e, em especial, aos educadores a realização de análises da realidade socioeconômica e o empoderamento de seus alunos, que é formada em torno de 70%, por filhos de famílias camponesas, como visto nos estudos aqui mencionados e tendo como horizonte outra afirmação de Freire (1996, p.21), que argumenta que, “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. ” Portanto, esses elementos são necessários, tendo em vista as crises climáticas hoje em foco e a falta de execução de ações que promovam uma educação para a produção agrícola com base no envolvimento dos segmentos das organizações promotoras da agroecologia.

Diante disso, Gendron (2018, p.16) defende que, “se continuarmos no mesmo ritmo de degradação do meio ambiente, haverá um colapso ecológico, sem possibilidade de remediação.” Nesse cenário, os instrumentos para neutralizar ou reduzir esses danos em nível mundial foram criados pela Organização das Nações Unidas – ONU e propostos através da consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, ONU (2025), que vêm sendo discutidos e incentivados por vários segmentos da sociedade. Assim, a agroecologia desponta como uma saída viável, hoje praticada por boa parte de famílias trabalhadoras camponesas ligadas aos setores mais progressistas do campo.

3.1 CURRICULARIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

No Brasil, dezenas de universidades e institutos federais já oferecem cursos de graduação e técnicos em agroecologia; em vista disso, faz-se necessário estender essa formação à educação básica. Ainda não existem definições governamentais concretas para a curricularização da agroecologia na educação básica, embora haja diretrizes para a educação ambiental, conforme a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que regulamenta a educação ambiental no Brasil.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC é atualmente questionada pela ausência percebida de uma educação contextualizada e que possibilite levar uma educação inclusiva com a temática agroecológica. Lima (2021, p.4) afirma que “a BNCC propõe um projeto de educação associado à uniformização curricular e aos processos de avaliação educacional em larga escala”. Diante dessa ideia, os sistemas educacionais, pela sua base, podem avançar a partir da formalização de práticas condizentes com a realidade e a convivência dos seus alunos.

Movimentos sociais e instituições da sociedade civil organizada tratam e reivindicam essa possibilidade, por meio de eventos e mobilizações, como uma tomada de decisão, tendo em vista a urgente necessidade de implantação dessa proposta, junto à estruturação das escolas de tempo integral, quando se trata das escolas do campo e no campo.

Nessa perspectiva, o ensino da agroecologia deve estar em foco. “A agroecologia, como matriz disciplinar, vem aportando as bases para um novo paradigma científico” (Caporal, 2009, p.53); a princípio, desenvolvida nas escolas famílias agrícolas – EFAS, a pedagogia da alternância consiste em desenvolver formação alternando o tempo-escola e o tempo-comunidade, de modo que o contexto de ensino e aprendizagem considere as parcerias com as famílias e as instituições camponesas que estruturaram ambientes de aprendizados em várias regiões brasileiras.

“Está contido nessa alternativa o tripé que fundamenta a pedagogia da alternância: a escola, a família e a comunidade” (Santos; Bernat, 2017, p.5). Portanto, com o apoio das famílias envolvidas, que encontram diversas técnicas e experimentos que favorecem a convivência com o seu espaço

vivido, especialmente, o Semiárido brasileiro, é possível realizar uma educação contextualizada com a realidade local, principalmente com os desafios da segurança hídrica.

Finalmente, este trabalho enfatizou as práticas agroecológicas para a Ensino Fundamental II como diretrizes curriculares, a partir das literaturas e das produções da educação que são imensamente abrangentes no que se refere à temática camponesa, com diversas especificações teóricas e metodológicas. Buscou-se, aqui, debater, com a comunidade escolar e demais personagens envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, o estímulo ao protagonismo da educação em Agroecologia, hoje difundida com afinco no mundo acadêmico.

O tema da educação, nos últimos anos, tem sido recorrente em diversos espaços de debates. E, tratando-se de educação com o olhar direcionado ao povo do campo, esse tema vem, a cada dia, propiciando neste debate, a emergência de diversas concepções teóricas. Entre elas, podemos elencar as seguintes: Educação do Campo, Educação no Campo, Pedagogia da Alternância e, nos últimos anos, Educação em Agroecologia.

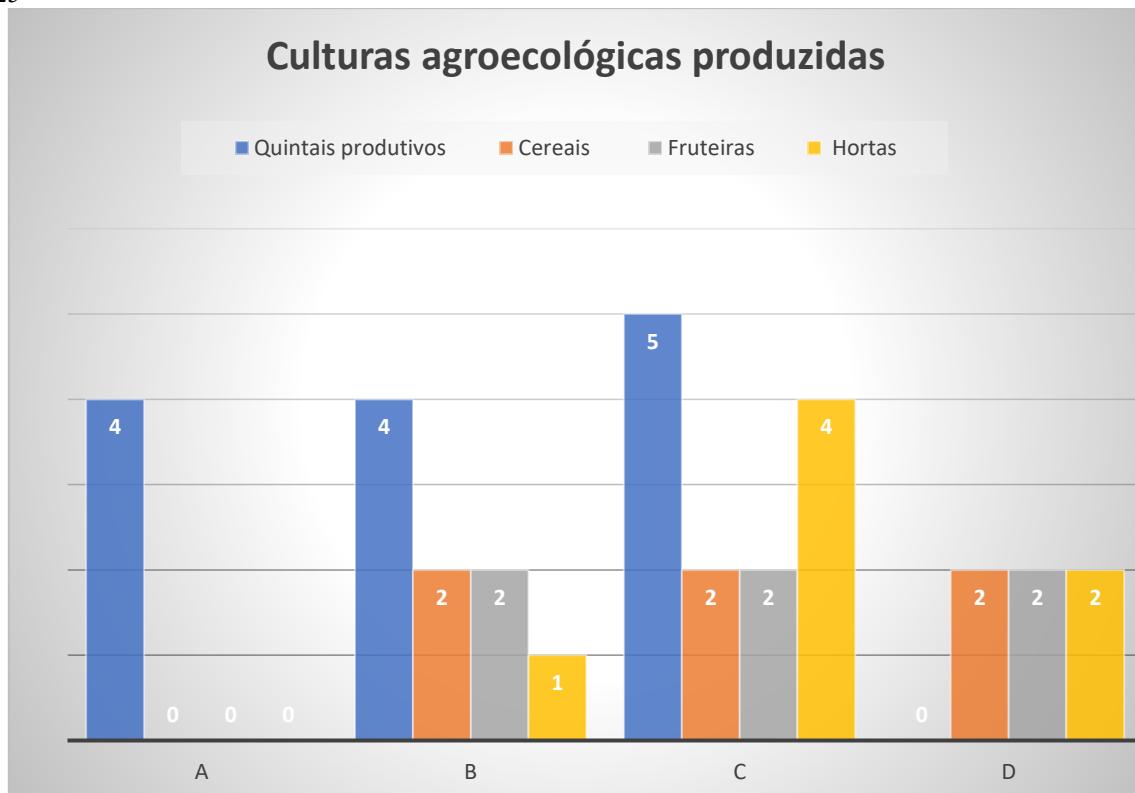
Neste trabalho, iremos nos deter na Educação em Agroecologia, tendo em vista a realidade do território pesquisado. O município do Crato possui uma área de 1.138,15 km² e uma população de 131.050 habitantes, conforme Instituto Cidades Sustentáveis (2025). É considerado um município de médio porte, com uma vasta área rural. Está situado no sul do Ceará, na Região Metropolitana do Cariri, encravado ao sopé da Chapada do Araripe, com um bom potencial hídrico e agrícola.

A rede municipal de educação do Crato é formada por 63 unidades. Vinte e nove escolas são nota dez no ranque das avaliações externas, indicando um bom desempenho escolar. No somatório, estão os centros de educação infantil, área urbana e rural, sendo que a maioria está localizada na área urbana.

Nove escolas oferecem o Ensino Fundamental II nos distritos. Em quatro delas – aqui referidas pelas letras A B, C e D, na obtenção de dados por amostragem –, observou-se que a maioria, 70% dos alunos, advém de famílias trabalhadoras camponesas.

Durante a pesquisa, foram aplicados formulários escritos para os alunos com questões abertas e fechadas, entre as quais uma questão que tratava de quais práticas agroecológicas era desenvolvida na comunidade, tendo em vista as diversas culturas produzidas pelas famílias camponesas no município do Crato, que historicamente teve umas das maiores feiras semanais do Cariri cearense, impulsionada pela agricultura local.

Gráfico 1 Práticas Agroecológicas desenvolvidas na comunidade (Alunos) das Escolas do Ensino Fundamental II Crato - CE 2025

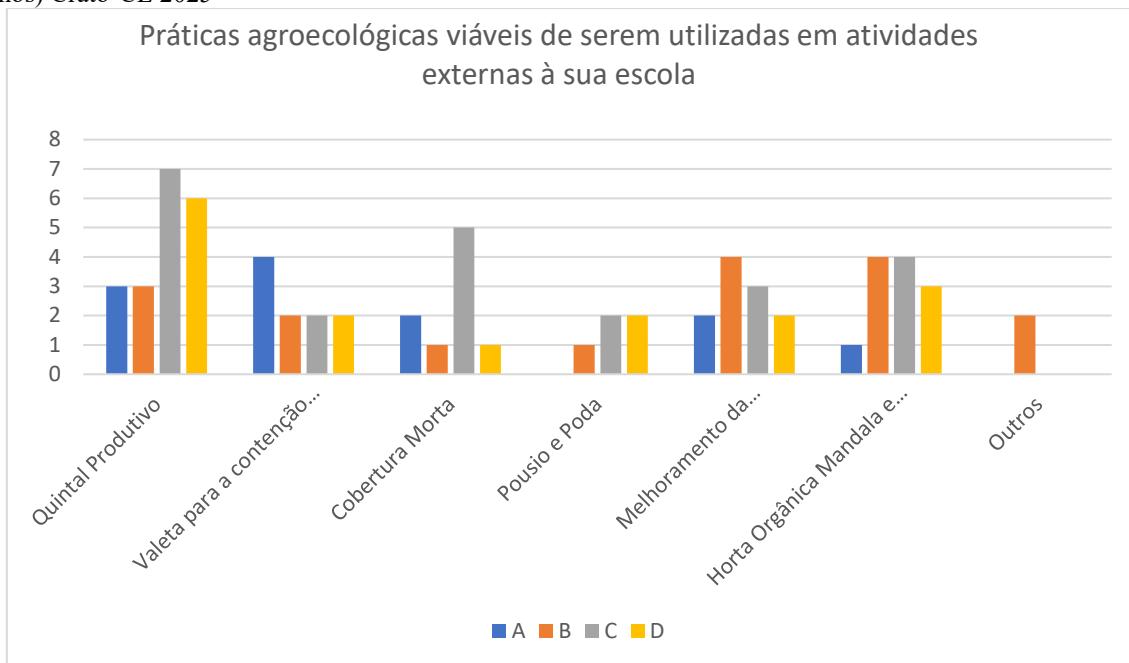


Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Observando o gráfico acima, podemos constatar que as principais práticas citadas pelos alunos foram os quintais produtivos, que produzem frutas como melancia, goiaba, caju, e culturas anuais como arroz, feijão e milho. Constata-se, assim, o importante papel da agricultura agroecológica camponesa na produção de alimentos como segurança alimentar e complementar à renda das famílias.

No mesmo formulário, e com alternativas que tratavam das práticas agroecológicas viáveis de serem trabalhadas em atividades externas às aulas, as respostas foram resumidas no gráfico seguinte:

Gráfico 2 Práticas agroecológicas viáveis de serem trabalhadas em atividades externas das Escolas do Ensino Fundamental II (Alunos) Crato-CE 2025



Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

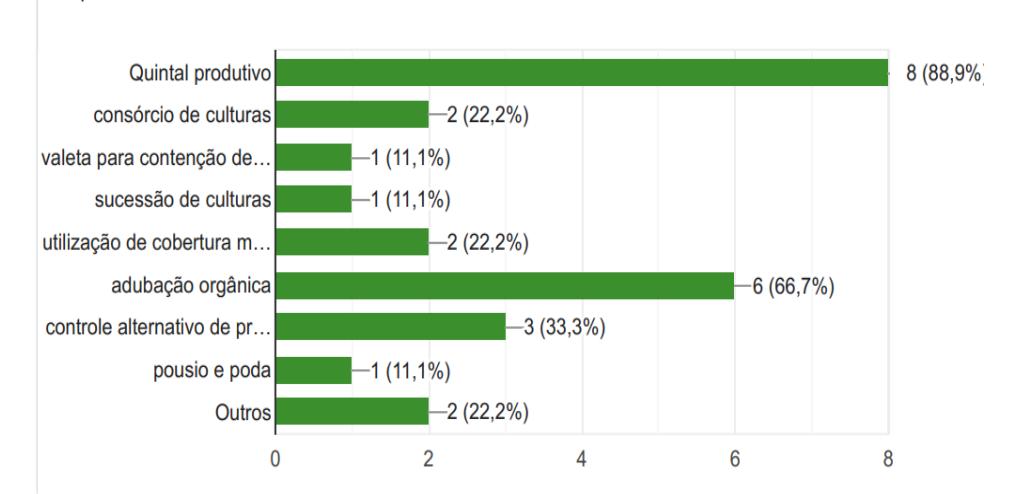
Conforme demonstra o gráfico 2, os quintais produtivos e a cobertura morta foram as práticas mais indicadas pelos alunos na escola C. Já a valeta de contenção foi a mais indicada pela escola A. O melhoramento da comercialização e da produção, bem como a horta orgânica, mandala e galinheiro, foram as mais marcadas pelas escolas B e C. Os alunos da escola D escolheram, em sua maioria, os quintais produtivos e, de forma bastante diversa, as outras opções, levando em conta as seis práticas agroecológicas indicadas pela pesquisa e selecionadas pelos participantes do estudo.

Tomando como base essas respostas, foi possível perceber que as práticas agroecológicas são marcantes na rotina desses alunos e que os quintais produtivos representam um valoroso meio de produção para essas famílias. Do mesmo modo, as demais práticas apresentam-se como importantes meios de avanço no processo produtivo e são viáveis de serem replicadas nas escolas porque já fazem parte do cotidiano das famílias camponesas, membros da comunidade escolar.

As escolas desenvolvem de forma interdisciplinar ações e projetos que envolvem as comunidades em atividades de produção agroecológica e culturais, levando em conta os fazeres e saberes ancestrais e experimentações dos movimentos sociais de que as famílias das comunidades participam. Na escola B, pôde ser observado o desenvolvimento de uma parceria direta com a comunidade, fazendo parte dessa dinâmica produtiva, ligada às tradições locais, sendo um braço cultural a Casa de Farinha, além de outras ações de instituições locais.

A mesma indagação foi feita aos professores das referidas escolas, por meio de formulário eletrônico em uma questão de múltipla escolha, tendo sido apurado outro gráfico, com a aplicação das opções semelhantes às que foram colocadas para os alunos, como se pode observar a seguir:

Gráfico 3 Práticas agroecológicas viáveis de serem trabalhadas em atividades externas das Escolas do Ensino Fundamental II (Professores) Crato-CE 2025



Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

O gráfico referente às respostas dos professores apurou resultados semelhantes às dos alunos, tendo em vista a elevada aceitação dos quintais produtivos, com 88,9% das respostas, seguido por adubação orgânica, com 66,7%. A maioria dos professores entrevistados, residentes ou com laços familiares na comunidade em torno da escola, usam desta última prática como tradição familiar. Nesse sentido constata-se que as indicações de mais práticas pelos alunos se dão em virtude das vivências que eles têm extraescolar, enquanto integrantes das famílias trabalhadoras camponesas.

Assim, trabalhar as práticas agroecológicas como elementos curriculares a partir do Ensino Fundamental, especialmente de forma transversal, é viável, levando em consideração a demanda e a rotina já vivenciada pelos alunos e professores, o que motiva a indicação das temáticas.

A pesquisa foi aplicada junto aos gestores escolares, que também responderam a um formulário eletrônico com a seguinte questão de múltipla escolha: Quais práticas agroecológicas seriam indicadas para as atividades educacionais dos alunos na escola e na comunidade? Com 100% de recomendação, a temática dos quintais produtivos obteve desempenho máximo.

Nesse sentido, pode-se perceber que alunos, professores e gestores veem essas práticas agroecológicas como marcantes na vida das famílias camponesas. A comunidade escolar, portanto, ao contextualizar os saberes, resgata os conhecimentos ancestrais das práticas produtivas, redimensionando-os às necessidades atuais.

4 CONCLUSÃO

A temática trabalhada neste estudo mobilizou os gestores escolares, professores, alunos e organizações sociais para a importância da Educação em Agroecologia e a produção de alimentos saudáveis como instrumentos de promoção de saúde alimentar e nutricional. Constatou-se que as escolas, suas comunidades com os seus colegiados, estão sensíveis à introdução e trabalho no currículo escolar, fazendo assim uma relevante ação de contextualização da realidade das famílias no Ensino Fundamental II.

Dezenas de famílias já trabalhavam com as práticas agroecológicas na produção de alimentos saudáveis nos quintais produtivos, presentes na maioria das casas dos estudantes. A comercialização do excedente é realizada em feiras, especialmente orgânicas e agroecológicas, organizadas ou apoiadas por instituições não-governamentais como a Associação Cristã de Base – ACB, Flor do Pequi, Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural do Crato.

Observou-se a existência de relevantes ações realizadas em parcerias com a comunidade. O envolvimento se concretiza por meio de formações com foco na valorização da vida no campo por meio das manifestações culturais. Houve significativa sensibilização dos gestores para uma futura reformulação curricular com a inclusão da temática em implementação em todas as unidades escolares, após trâmites legais do Conselho Municipal de Educação.

Por fim, as práticas agroecológicas impactam de forma positiva nas conjunturas social, econômica e ambiental, quando na produção de alimentos se utilizam de meios e tecnologias não agressivas à natureza. É através da escola que se deve analisar e incentivar a sua proteção e o seu fortalecimento, alcançando a melhoria da saúde alimentar das presentes e futuras gerações.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT, polo na Universidade Estadual da Bahia – UNEB, em Juazeiro da Bahia. À Pró-Reitoria de Pesquisa – PROGPESQ da UNEB, pelo apoio financeiro por meio da bolsa de permanência.

Aos colaboradores no campo de pesquisa, gestores das escolas, colegas professores e dirigentes das instituições e secretarias municipais, durante a execução da pesquisa na coleta de dados.

Finalmente, à receptividade de todos os envolvidos nas escolas e comunidades estudadas.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.21. 2009.
- BOMFIM, L. História e epistemologia da ecologia humana. Salvador: Editora Mente Aberta, p.377, mar. 2021.
- BRASIL. Nações Unidas - ONU, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, 2025. Disponível em:https://brasil.un.org/ptbr/sdgs?afdzwaf_tok=eyJhbGciOiJSUzI1NiJ9. Acesso em 09 mai. 2025.
- BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei n.º 9.795. Política Nacional de Educação Ambiental, 27 de abril de 1999.
- CAPORAL, F. et al. Princípios e perspectiva da agroecologia. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, p.51, 2011.
- FREIRE, P. Política e educação. 5a. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, p.21 2001.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa 25 ed. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, p.40, 1996.
- GENDRON, J. Para onde vamos? A crise climática e transição social em debate na França. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p.16, 2018.
- GERVAIS, A; SILVA, J. Aportes freirianos à educação em agroecologia: ad-mirar uma experiência no Brasil. Sinergias – diálogos educativos para a transformação social, n. 14, p. 35-48, jul. 2022.
- INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS (BRASIL) Crato- Ceará, Cidade é Signatária no período de 01/01/2025 até 31/12/2028. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/painel-cidade/detalhes/942>. Acesso em 03 mai. 2025.
- LIMA, E. S. Os impactos da BNCC nas políticas de educação do campo e nos projetos educativos das Escolas Famílias Agrícolas. Revista Espaço do Currículo, v. 14, n. 2, p. 1-16, 2021.
- MINAYO, M. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, p. 18, 2009.
- REIS, E.S. A contextualização dos conhecimentos e saberes escolares nos processos de reorientação curricular das escolas do campo. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, p. 62, 2004.
- ROSSET, P.; ALTIERI, M. Agroecologia: ciência e política. São Paulo: Editora Unesp; Editora Expressão Popular; Editora da UFRGS, p.43, 2022.
- SANTOS, D.; BERNAT, I. As práticas agroecológicas desenvolvidas nas EFA's do município de Lago do Junco – Maranhão. Cadernos de Agroecologia, Brasília, v. 13, n. 1, p. 5-6, jul. 2018.